



RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RELUCI - ITEM 3.2.2 - ANEXO III - IN 68/2020

Exercício 2024



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

Fabio Feliciano de Oliveira

Prefeito Municipal Interno

Alessandra das Neves Lima

Secretária Municipal de Saúde

Thais da Cruz Marcarini

Controladora Geral do Município (Interina)



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL.....	5
3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
4. ITEM 3.2.2, DO ANEXO III, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEES Nº 068/20209	
5. DAS CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DETECTADAS NOS PONTOS DE	
CONTROLE DA TABELA 1	13
5.1 DA AVALIAÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE ANALISADOS.....	13
5.1.1 Itens de Abordagem Prioritária	13
5.1.2 Itens de Abordagem Complementar	17
6. PARECER CONCLUSIVO	21

1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento as determinações contidas na IN 68/2020 do TCEES e artigos 70 e 74, da Constituição Federal, o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2024 das Contas do Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy.

O presente relatório compõe a Prestação de Conta do Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Kennedy, Sra. Alessandra das Neves Lima, relativo ao exercício financeiro de 2024, conforme estabelece a Instrução Normativa nº. 68/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e suas alterações.

Informamos que os Peças da PCA foram enviadas para esta Controladoria Geral 08 de fevereiro de 2024, sendo posteriormente solicitado documentações através do Ofício CGM/PK nº 032/2024; CGM/PK nº 012/2024, CGM/PK nº 0417/2023 e CGM/PK nº 093/2023.

Os trabalhos foram realizados pela Controladora Geral, sendo auxiliada pela servidora Elizaura Barcelos Matias da Silva, servidora ocupante do cargo efetivo de auxiliar administrativo, ocupante do cargo em comissão de Coordenador da Controladoria Geral, e que possui formação em Contabilidade, com registro no CRC sob o número ES017.205-03, a qual foi designada para auxiliar nos trabalhos de análise das demonstrações contábeis, a fim de subsidiar a emissão de Relatório e Parecer Conclusivo do órgão central do Sistema de Controle Interno.

2. DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL

A Controladoria Geral possui a atribuição de promover o Controle Interno na Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, cumprindo com suas atribuições legais e constitucionais que, dentre as quais, destaca-se promover efetividade, economicidade e regularidade à gestão municipal.

Ademais, são considerados elementos integrantes da ação do Controle Interno o planejamento de organização, a proteção do patrimônio, a exatidão e fidedignidade dos dados contábeis e a eficiência operacional.

Nesse sentido, compete ao Controle Interno Municipal a missão de proteger o patrimônio público através do auxílio e orientação quanto à elaboração de instruções normativas que objetivem estabelecer padrões procedimentais no âmbito administrativo, assegurando o cumprimento das normas internas, das leis municipais e da legislação federal.

Além disso, é atribuição da Unidade Central de Controle Interno a realização de auditorias nas mais diversas áreas de atuação da gestão pública (no âmbito dos processos administrativos de todas as Secretarias e Câmara Municipal), as quais são destinadas a fiscalização preventiva e corretiva dos recursos municipais, de modo a avaliar e orientar os Gestores e ao Chefe do Poder Executivo acerca do cumprimento das metas fiscais e índices constitucionais, evitando, assim, que eventuais falhas na execução orçamentária e financeira possam resultar em penalização administrativa, civil ou criminal aos Gestores.

Importa registrar que a institucionalização e implementação do “Sistema de Controle Interno” não se trata apenas de exigência da Constituição Federal e Estadual, mas também consiste na necessidade crescente de dotar os Município de mecanismos que assegurem, entre outros aspectos, o cumprimento das determinações legais, a proteção de seu patrimônio e a otimização na aplicação



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

dos recursos públicos, proporcionando, assim, maior transparência e tranquilidade aos atos de seus gestores¹.

Isto posto, o Município de Presidente Kennedy através da **Lei Municipal nº 1.076/2013**, alterada pela Lei Municipal nº 1.169/2015 e regulamentada pelo **Decreto Municipal nº 008/2017**, definiu as atribuições da Controladoria Geral, previstas no artigo 5º da norma legal.

Assim, além das atribuições prevista em lei, à Controladoria Geral do Município compete prestar consultoria e assessoramento às Secretarias, à Prefeita Municipal e à Câmara Municipal, sempre que solicitado, visando contribuir para a maximização dos resultados na gestão.

¹ GLOCK, José Osvaldo. **Guia para implantação do sistema de controle interno nos municípios**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2011, p. 14.

3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Controladoria Geral do Município de Presidente Kennedy é classificada como “órgão de administração superior” (Art. 9º, I, d, da Lei Municipal nº 1.040/2012) e está instalada no primeiro andar do Palácio Municipal, situado na Sede do Município.

No tocante a estrutura física, a Controladoria Geral do Município é equipada de forma adequada, com vista a permitir um bom desempenho na execução dos trabalhos. No que se refere aos recursos tecnológicos, informamos que constam instalados 05 (cinco) computadores no setor que visa auxiliar os trabalhos.

No exercício 2024, no que tange ao quadro de servidores pertencentes a Controladoria Geral, se constituiu com a seguinte estrutura Administrativa da Controladoria Geral:

- I - Controladoria Geral do Município (CGM);
 - a) Coordenação da Controladoria Geral;
 - b) Assessoria da Controladoria Geral;
 - c) Departamento de Controle Interno (DCI);
 - d) Departamento de Auditoria Interna (DAI).
 - e) Departamento de Transparência e acesso a informação (DTI).
- II - Ouvidoria Municipal;

Dentre os servidores que atuam na Controladoria, consta uma servidora efetiva que possui formação na área contábil, o que permite que as análises das demonstrações contábeis sejam realizadas atendendo as normas legais vigentes.

Informamos ainda, que a execução das atividades da Controladoria Geral Municipal no exercício 2024, aprovadas pelo Plano Anual de Auditoria Interna, através do Decreto Municipal nº 024/2024, inicialmente foram as de realizar auditoria em áreas distintas, a saber: 1) Avaliar o cumprimento das normativas e do gasto com locação, abastecimento e utilização de veículos por parte da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; 2) Verificar o cumprimento das Instruções Normativas que

compõem o sistema de compras licitação e contratos - SCL da Prefeitura Municipal De Presidente Kennedy; 3) Verificar o cumprimento das Instruções Normativas que compõem o sistema de planejamento e orçamento da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; 4) Verificar o cumprimento das instruções normativas que compõe o sistema de administração e recursos humanos e pontos de controle relativos à prestação de contas – Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; 5) Verificar o cumprimento das instruções normativas que compõem o sistema de controle patrimonial da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; 6) Realizar o monitoramento das recomendações propostas na auditoria do transporte escolar no Município De Presidente Kennedy.

Entretanto, diante dos fatos supervenientes, inesperados e não planejados já transcritos no Capítulo anterior, algumas Auditorias tiveram que ser interrompidas momentaneamente, restando a esta Controladoria Geral Municipal iniciar as seguintes auditorias:

- Auditoria para avaliar cumprimento das normativas e do gasto com concessão de diárias aos servidores do município de Presidente Kennedy (Executivo), ainda em fase de execução;
- Avaliar as normativas e do gasto com locação, abastecimento e utilização de veículos por parte da prefeitura municipal de Presidente Kennedy/ES;
- Avaliar cumprimento das instruções normativas que compõe o sistema de Administração e Recursos Humanos e pontos de controle relativos a prestação de contas – prefeitura municipal de Presidente Kennedy/ES;
- Monitoramento das alterações e ajustes nas normas que compõe o sistema de controle interno do Municipal de Presidente Kennedy;
- Realizar o monitoramento das recomendações propostas na auditoria do transporte escolar no Município De Presidente Kennedy.

Informamos que as áreas de auditoria supramencionadas foram selecionadas levando-se em consideração os aspectos da materialidade, relevância, vulnerabilidade, riscos, ocorrências pretéritas (falhas, erros e outras deficiências



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

anteriores), observância dos princípios basilares da Administração Pública, e ainda as manifestações/recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) em processos pertinentes ao Município e aqueles que possuem normatizações implementadas.

No entanto, em razão de existirem auditorias dos exercícios anteriores em andamento, não foi possível a realização de algumas auditorias no exercício de 2024, em razão da alta demanda no órgão. Dentre as auditorias não realizadas estão: b) Cumprimento das instruções normativas que compõem o Sistema De Compras Licitação e Contratos - SCL da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; c) Cumprimento das instruções normativas que compõem o sistema de Planejamento e Orçamento da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy; e) Cumprimento das instruções normativas que compõem o Sistema de Controle Patrimonial da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy.

4. ITEM 3.2.2, DO ANEXO III, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEES Nº 068/2020

Observando o que dispõe o Art. 74, da Constituição Federal, bem como o que dispõe o Art. 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) essa Unidade de Controle Interno realizou no exercício de 2024 diversos procedimentos de controle conforme consta do Plano Anual de Auditoria e também outras ações institucionais não planejadas.

Segue abaixo os pontos de controle constantes da Tabela Referencial 1 que foram apreciados pela Controladoria Geral nas Contas do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Kennedy.

CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE KENNEDY

<u>1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA</u>					
1.2. Gestão Previdenciária					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise documental; revisão analítica	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Análise documental; revisão analítica; conciliação	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3. Gestão Patrimonial					
Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento o sugerido	Procedimento	Aplicável à

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18.	Exame de registros auxiliares	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental) Revisão Analítica	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confirmação Externa	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício	Contas de Gestão (Todas as UG's)

2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.2. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.2.31	Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
2.2.32	Pagamento de Despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de Despesa sem sua regular liquidação.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de Controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
2.6.3	Pessoal contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações se destinam ao atendimento	Contas de Gestão (Todas as UG's)



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

				de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	
2.6.4	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

5. DAS CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DETECTADAS NOS PONTOS DE CONTROLE DA TABELA 1

Registramos que a análise das Contas do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Kennedy fundamentou-se na Tabela 01 constantes do Anexo III, da Instrução Normativa TC nº 068/2020, na qual contém os pontos de controle que devem ser apreciados pela Controladoria Geral.

Importa mencionar, que foi editado no Município de Presidente Kennedy o **Decreto nº 51/2024** que dispõe regras acerca do encerramento do exercício de 2024 e em seu Anexo Único, sistematizou todos os prazos para encaminhamento das informações necessárias para elaboração da Prestação de Contas do exercício.

5.1 DA AVALIAÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE ANALISADOS

5.1.1 Itens de Abordagem Prioritária

1.2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Item 1.2.2			
Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Análise documental; revisão analítica	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.

Em análise ao Item 1.2.2, informamos que após a conferência nos Relatórios Anual Exercício Financeiro de 2024 e Listagem de Pagamento, e confrontação com as informações constantes em Demonstrativos Patronal da Despesa Liquidada e efetivamente recolhida no exercício e Balancete de Verificação, todos emitidos pela Contabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Kennedy, e anexos ao processo de Prestação de Contas, verificou-se que **não ocorreu repasse intempestivo ao Regime Geral de Previdência Social.**

Item 1.2.4			
Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Análise documental; revisão analítica; conciliação	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.

No que tange a análise do Item 1.2.4, informamos que após a conferência nos Relatórios Anual Exercício Financeiro de 2024 e confrontação com as informações constantes em Demonstrativos Previdenciário dos Valores Retidos dos Servidores recolhidos no Exercício e Balancete de Verificação, todos emitidos pela Contabilidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Presidente Kennedy, e anexos ao processo de Prestação de Contas, verificou-se que não ocorreu repasse intempestivo ao Regime Geral de Previdência Social.

1.3 GESTÃO PATRIMONIAL

Item 1.3.1			
Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18	Exame de registros auxiliares	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.

O valor dos bens imóveis constantes do Balanço Patrimonial **R\$ 11.044.196,92** (onze milhões, quarenta e quatro mil, cento e noventa e seis reais e noventa e dois centavos) e o mesmo o valor de bens imóveis inseridos no **Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Imóveis**, sendo também o valor constante no Resumo do Inventário e Bens Imóveis **R\$ 11.044.196,92**, o que se constata compatíveis, demonstrando que os bens em estoque estão evidenciados em sua integralidade.

De igual modo, o valor dos bens móveis constante do Balanço Patrimonial **R\$ 15.697.192,04** (quinze milhões, seiscentos e noventa e sete mil, cento e noventa e

dois reais e quatro centavos), e ao confrontamos com o valor de bens móveis inserido no **Inventário Anual dos Bens Patrimoniais Móveis**, verifica-se que são compatíveis, vez que também se identifica o valor de **R\$ 15.697.192,04**.

De igual modo, o valor dos bens em estoque constante do Balanço Patrimonial **R\$ 11.330.945,73** (onze milhões, trezentos e trinta mil, novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e três centavos), e ao confrontamos com o valor de bens móveis inserido no **Inventário Anual dos Bens do Almoxarifado**, verifica-se que são compatíveis, vez que também se identifica o valor de **R\$ 11.330.945,73**.

De igual modo, o valor dos bens em Intangíveis constante do Balanço Patrimonial **R\$ 67.640,00** (sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais), e ao confrontamos com o valor de bens intangíveis no **Inventário Anual dos Bens do Intangíveis**, verifica-se que são compatíveis, vez que também se identifica o valor de **R\$ 67.640,00**.

Tabela 02 – Estoques, Imobilizados e intangíveis

Em R\$ 1,00

Descrição	Balanço Patrimonial	Inventário	Diferença
	(a)	(b)	(a-b)
Estoques	R\$ 11.330.945,73	R\$ 11.330.945,73	0,00
Bens Móveis	R\$ 15.697.192,04	R\$ 15.697.192,04	0,00
Bens Imóveis	11.044.196,92	R\$ 11.044.196,92	0,00
Bens Intangíveis	R\$ 67.640,00	R\$ 67.640,00	0,00

Desta forma, restou demonstrado a evidenciação quanto a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.

Item 1.3.3			
Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformidade (Verificação documental) Revisão Analítica	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.

instituições financeiras Oficiais			
---	--	--	--

No que se refere ao Item 1.3.3, informamos que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais Banco do Brasil, Banco do Banestes e Caixa Econômica Federal, conforme verifica-se no Termo de Verificação das Disponibilidades encaminhado à Controladoria Geral e em resposta ao Ofício CGM/PK nº 303/2024, Ofício CGM/PK nº 305/2024, Ofício CGM/PK nº 306/2024, Ofício CGM/PK nº 307/2024, enviados ao Banco Brasil, Caixa Econômica, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo (SICOOB SUL), e ao Banco do Banestes, respectivamente, e através dos extratos bancários disponibilizados pelo Banco do Banestes, Brasil e Caixa Econômica Federal no qual é possível confirmar a informação obtida nas peças contábeis.

Item 1.3.4			
Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confirmação Externa	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.

Quanto ao Item 1.3.4 informamos que fizemos a confrontação entre os valores depositados nas contas correntes e aplicações financeiras, registrados nos Balanços Contábeis, no Termo de Verificação de Disponibilidades com os valores registrados nos Extratos Bancários referente ao final do exercício do ano de 2024.

Informamos, ainda, que tal verificação também foi realizada por meio da análise das informações enviados pelas seguintes instituições financeiras: Banco Banestes, Caixa Econômica Federal, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo (SICOOB SUL), e ao Banco do Brasil à Controladoria Geral do Município, em resposta aos Ofício CGM/PK nº 303/2024, Ofício CGM/PK nº 305/2024, Ofício CGM/PK nº 306/2024, Ofício CGM/PK nº 307/2024.

Portanto, após análise dos Extratos Bancários enviados pelos bancos confrontados com os Balanços Contábeis verificou-se que ambos são compatíveis conforme exposto nas tabelas abaixo.

Tabela 1 - BANCO DO BRASIL

Baseou-se em um universo de 14 (quatorze) contas no Banco do Brasil e utilizou-se em análise a amostragem de 20% (vinte), sendo assim, analisou-se 03 (três) contas, sendo estas:

Qt.	Banco	Conta	Saldo c/corrente contábil	Saldo c/corrente extrato bancário	Saldo aplicação contábil	Saldo aplicação extrato bancário	Diferença
01	B. Brasil	10.287-3	0,00	0,00	R\$ 338.189,86	R\$ 338.189,86	0,00
02	B. Brasil	10.779-4	0,00	0,00	R\$ 3.579,75	R\$ 3.579,75	0,00
03	B. Brasil	8.442-5	0,00	0,00	R\$ 4.566,60	R\$ 4.566,60	0,00

Tabela 2 - BANCO DO BANESTES

Baseou-se em um universo de 07 (sete) contas no Banco do Banestes e utilizou-se em análise a amostragem de 50% (cinquenta), sendo assim, analisou-se 04 (quatro) contas, sendo estas:

Qt.	Banco	Conta	Saldo c/corrente contábil	Saldo c/corrente extrato bancário	Saldo aplicação contábil	Saldo aplicação extrato bancário	Diferença
01	Banestes	14.651.624	0,00	0,00	R\$ 472.151,55	R\$ 472.151,55	0,00
02	Banestes	14.685.655	0,00	0,00	R\$ 7.394.172,90	R\$ 7.394.172,90	0,00
03	Banestes	31.281.651	0,00	0,00	R\$ 568.771,14	R\$ 568.771,14	0,00
04	Banestes	22.593.347	0,00	0,00	R\$ 16.829,04	R\$ 16.829,04	0,00

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade deste item, vez que as contas apresentadas em desacordo foram devidamente justificadas pela Contabilidade a esta Controladoria, e serão objeto de nota explicativa.

5.1.2 Itens de Abordagem Complementar

2.2 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Item 2.2.31			
Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Auditoria Governamenta l de conformidade	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.

A despeito do item 2.2.31, informamos que NÃO houve a realização de pagamento sem liquidação, sendo os processos de pagamentos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Presidente Kennedy, realizados nos moldes do artigo 63 da Lei 4.320/1964, já que analisamos por amostragem 04 (quatro) processos de pagamentos, da relação empenhos no exercício de 2024, constantes no processo de nº 35.543/2024, disponibilizados dos processos físicos encaminhados em 20/01/2025.

Desta forma, através da disponibilidade dos processos mencionados, restou constatado que o diploma legal foi cumprido, conforme tabela a seguir:

Tabela 03. Relação de Processos analisados por amostragem

Nº PROCESSO	Nº CONTRATO/ ATA DE REGISTRO	Nº DE EMPENHO	Nº DE LIQUIDAÇÃO	Nº DE PAGAMENTO
23044/2024	000605/2023	0002053/2023	0002312/2024 0002313/2024 0002314/2024	0003808/2024 0003809/2024 0003810/2024 0003811/2024 0003812/2024 0003813/2024
05431/2024	000433/2023	0000048/2024	0000603/2024	0001012/2024 0001013/2024
18270/2024	000001/2024	0001472/2024	0001947/2024	0003352/2024 0003353/2024
02188/2024	000044/2024	0000042/2023	0000284/2024	0000669/2024 0000670/2024

Assim, resta evidenciado que houve a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

Item 2.2.32			
Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve pagamento de Despesa sem sua regular liquidação.

Quanto ao item 2.2.32, informamos que NÃO houve a realização de pagamento sem sua regular liquidação, sendo os processos de pagamentos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Presidente Kennedy realizados nos moldes do artigo 62 da Lei 4.320/1964, já que analisamos por amostragem 06 (seis) processos de pagamentos, da relação empenhos no exercício de 2024, constantes no processo de nº 35.543/2024, disponibilizados dos processos físicos encaminhados em 20/01/2024.

Desta forma, houve a disponibilidade das cópias dos mencionados processos, e restou constatado que o diploma legal foi cumprido, conforme tabela a seguir:

Tabela 04. Relação de Processos analisados por amostragem

Nº PROCESSO	Nº CONTRATO/ATA DE REGISTRO	Nº DE EMPENHO	Nº DE LIQUIDAÇÃO	Nº DE PAGAMENTO
30997/2024	000336/2023	0000763/2024	0003365/2024	0005426/2024 0005427/2024 0005428/2024 0005562/2024
04064/2024	000006/2024	0002562/2024	0000329/2024	0000877/2024 0000878/2024
32294/2024	000166/2024	0002275/2024	0003435/2024	0005523/2024 0005524/2024
36970/2023	000370/2022	0001900/2023	0000070/2024	0000439/2024 0000440/2024 0000441/2024 0000462/2024
26812/2024	000118/2024	0001282/2024	0002690/2024	0004397/2024
01366/2024	000146/2024	0002726/2024	0000469/2024	0000933/2024 0000934/2024 0000935/2024

Assim, resta evidenciado que o pagamento da despesa só foi efetuado quando ordenado após sua regular liquidação art. 62 da Lei nº 4.320/1964.

2.6 GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Item 2.6.3			
Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações se destinam ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.

No que se refere ao item 2.6.3 informamos que foram feitos levantamentos nos arquivos de todas as leis que dispõem sobre as contratações por tempo determinado pertinentes à Secretaria Municipal de Saúde e registramos a publicação das seguintes Leis Municipais nº 1.072/2013; 1.630/2022 e 1.701/2023, que estabeleceram regras específicas de contratação temporária para atender excepcional o interesse público da Secretaria Municipal de Saúde.

Assim, em análise a legislação, evidenciou-se tratar de norma específica e pontual, e destinada a atender demandas exclusivas da Secretaria Municipal de Saúde, que prescinde dessa contratação para dar continuidade à prestação dos serviços públicos essenciais aos munícipes. Portanto, verifica-se que a Leis Municipais nº 1.072/2023; 1.630/2022 e 1.701/2023, atendem o que determina o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal.

Item 2.6.4			
Pessoal – teto	Pessoal – teto	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

A despeito do teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, quanto ao limite constitucional do subsídio do Prefeito Municipal (R\$ 15.100,00 fixado pela Lei Municipal nº 1.052/2012), evidenciou-se cumprindo, portanto, o disposto no Art. 37, inciso XI, da CRFB/88. No entanto evidencia-se que foi aplicado o redutor nos casos necessários.

6. PARECER CONCLUSIVO

Examinamos a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal Saúde, elaborada sob a responsabilidade do Sr. Alessandra das Neves Lima, Secretária Municipal de Saúde do Município de Presidente Kennedy, relativa ao **exercício de 2024**.

Inicialmente, em face aos pontos de controle analisados por esta Controladoria Geral das Contas da Secretaria Municipal de Saúde delimitados neste documento, resguardado o escopo e limitações de auditoria, conforme elencados no item 3 deste relatório, **não constatamos nenhuma irregularidade que requeira recomendações de conduta e/ou atuação do Gestor**, sendo que os esclarecimentos necessários quanto aos pontos de controle analisados já foram devidamente explicitados no Capítulo 5.

Registramos oportunamente que **todos** os documentos mencionados **neste Relatório** constam arquivados na Controladoria Geral e estão à disposição deste Tribunal de Contas para quaisquer avaliações e verificações.

Outrossim, cumpre-nos destacar que **tendo em vista a limitação de habilitação profissional/competência técnica contábil desta Controladora Geral, que é graduada em Direito, houve a indicação de profissional de contabilidade para auxiliar na análise das demonstrações contábeis, conforme descrito no relatório.**

Isto posto, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados e elencados pontualmente no Capítulo 5, esta Controladoria Geral emite opinião de que peças que integram a Prestação de Contas Anual referente ao exercício 2024 encontra-se **REGULAR** e em condições de ser encaminhada aos Órgãos de Controle Externo para análise e julgamento.

Presidente Kennedy, 21 de março de 2025.

THAIS DA CRUZ MARCARINI
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO (INTERINA)